



SEMINÁRIO INTERSETORIAL

Fortaleza – Setembro 2023

Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME



BENEFÍCIO SOCIASSISTENCIAL NO CAMPO DA PROTEÇÃO SOCIAL E DO SUAS

PBF é o maior programa socioassistencial com transferência de renda condicionada do mundo

Principais aspectos:

- Prioridade para as famílias em situação de pobreza;
- Ampliação da oferta dos serviços de saúde, educação e assistência social;
- Promoção da oferta de serviços para reforço da autonomia e fortalecimento da proteção social.

A RECONSTRUÇÃO DO BOLSA FAMÍLIA

- ✓ Prioridade e respeito a população que precisa da transferência direta de renda como um direito sociassistencial e constitucional;
- ✓ Compromisso com as futuras gerações;
- ✓ Garantia de renda e ampliação da proteção de crianças na Primeira Infância e para as futuras gerações;
- ✓ Melhorias no Cadastro Único para priorizar o atendimento aos que precisam de mais proteção;
- ✓ Compromisso com a **reconstrução do Pacto Federativo** e da **articulação intersetorial** (desenvolvimento e assistência social, saúde, educação e trabalho) como **elementos essenciais** de fortalecimento da Proteção Social no Brasil;
- ✓ Retomada da equidade garantindo a transferência de renda justa para contribuir na superação da pobreza de todas as famílias.



BENEFÍCIO SOCIASSISTENCIAL NO CAMPO DA PROTEÇÃO SOCIAL E DO SUAS

PROGRAMA DE ÂMBITO FEDERAL

- Planejamento
- Normatização
- Implementação
- Financiamento

GESTÃO DESCENTRALIZADA (ENTES FEDERADOS)

- Responsabilidades específicas
- Confiabilidade aos dados para concessão e manutenção do pagamento às famílias

INTERSETORIALIDADE

- Articulação entre as diversas políticas sociais públicas
- Garantia de mais acesso a direitos pela população beneficiária

CONDICIONALIDADES

- Mapear e acompanhar maiores vulnerabilidades
- Fortalecer acesso à educação, à saúde e à assistência social no Brasil



COMPROMISSOS ASSUMIDOS E CUMPRIDOS



Nenhuma família em situação de pobreza receberá menos que R\$ 600,00;



Todas as famílias beneficiárias com crianças de 0 a 6 anos recebem R\$ 150,00 adicionais por criança;



Famílias beneficiárias com crianças a partir de 7 anos e adolescentes até 18 anos recebem adicional de R\$ 50,00 por criança ou adolescente;



As famílias beneficiárias com gestantes recebem acréscimo de R\$ 50,00 por gestante por 9 meses;



As famílias com crianças em idade especial de nutrição (0 a 6 meses) receberão R\$ 50,00 por 6 meses (a partir de outubro/2023).

O NOVO BOLSA FAMÍLIA

OBJETIVOS:

Transferencia

- combater a fome, por meio da transferência direta de renda às famílias beneficiárias;
- contribuir para a interrupção do ciclo de reprodução da condição de pobreza entre as gerações;
- promover o desenvolvimento e a proteção social das famílias, especialmente das crianças, dos adolescentes e dos jovens em situação de pobreza.

LEI Nº 14.601 de junho/2023



O NOVO BOLSA FAMÍLIA



Corrige a desigualdade na transferência de renda entre as famílias, ocasionada pelo desenho equivocado do Auxílio Brasil



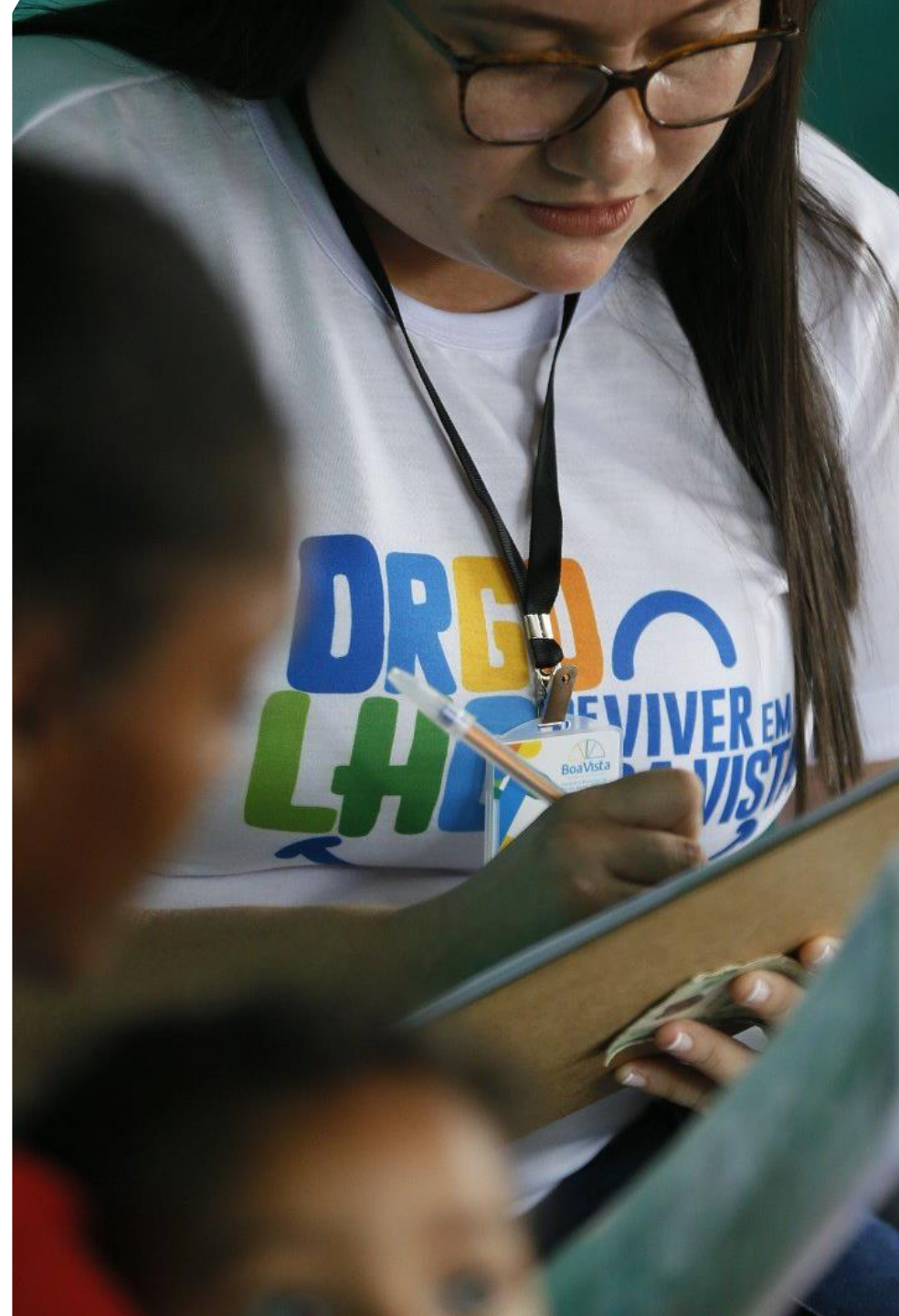
Retoma a prioridade para o tamanho e as características de cada família na definição dos benefícios concedidos



Retoma a parceria com estados e municípios, o acompanhamento das crianças em todo o período da primeira infância (0 a 6 anos) e também prioriza as demais crianças e adolescentes



O primeiro Bolsa Família garantiu renda para que as famílias superassem a extrema pobreza. Hoje a renda garantida no novo Bolsa Família, articulada com outras políticas públicas setoriais, busca a superação da condição de pobreza



REGRAS GERAIS QUE FORAM AJUSTADAS

Atualização da Linha de Pobreza <i>(Qual a renda per capita máxima para entrar no Programa?)</i>	De R\$210,00 para R\$218,00
Atualização da Linha de Proteção <i>(Depois que está no Programa, a renda per capita pode subir até quanto sem cancelar o benefício?)</i>	1/2 salário mínimo, retomando as regras do Bolsa Família
Atualização do Prazo da Linha de proteção <i>(Por quanto tempo garantimos essa proteção?)</i>	24 meses para todos, retomando as regras do Bolsa Família
Atualização do Valor do benefício no período da Proteção	Todas as famílias recebem 50% do valor do benefício <i>(Antes os adultos perdiam 100% do valor recebido, caso não houvesse alguma criança ou adolescente na família)</i>



ESTRUTURA DOS BENEFÍCIOS

BENEFÍCIO DE RENDA DE CIDADANIA

R\$142,00 PAGO A CADA PESSOA DA FAMÍLIA

BENEFÍCIO COMPLEMENTAR

FAMÍLIAS RECEBEM PARA ALCANÇAR O VALOR MÍNIMO DE R\$600,00

BENEFÍCIO DE PRIMEIRA INFÂNCIA

MAIS R\$ 150,00 PAGO A CADA CRIANÇA ENTRE 0 E 6 ANOS

BENEFÍCIO VARIÁVEL FAMILIAR

MAIS R\$ 50,00 PAGO A CADA CRIANÇA/ADOLESCENTE ENTRE 7 E 17 ANOS, GESTANTES e NUTRIZES

BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO DE TRANSIÇÃO

Para os casos excepcionais e para que nenhuma família seja financeiramente prejudicada, quando os novos benefícios forem somados e o valor for menor do que ela recebia no Programa Auxílio Brasil, ela automaticamente começará a receber o Benefício Extraordinário de Transição.

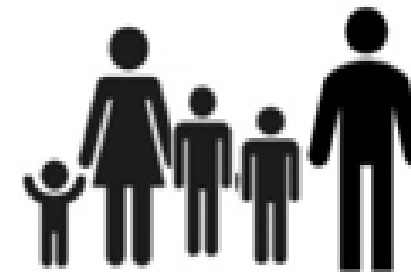


$$3 \times \text{R\$ } 142,00 = \text{R\$ } 426,00$$

$$+ \text{R\$ } 174,00 = \text{R\$ } 600,00$$

$$+ \text{R\$ } 150,00 = \text{R\$ } 750,00$$

$$+ \text{R\$ } 50,00 = \text{R\$ } 800,00$$



$$5 \times \text{R\$ } 142,00 = \text{R\$ } 710,00$$

$$+ \text{R\$ } 150,00 = \text{R\$ } 860,00$$

$$+ \text{R\$ } 100,00 = \text{R\$ } 960,00$$



$$2 \times \text{R\$ } 142,00 = \text{R\$ } 284,00$$

$$+ \text{R\$ } 316,00 = \text{R\$ } 600,00$$

$$+ \text{R\$ } 150,00 = \text{R\$ } 750,00$$



$$4 \times \text{R\$ } 142,00 = \text{R\$ } 568,00$$

$$+ \text{R\$ } 32,00 = \text{R\$ } 600,00$$

$$+ 2 \times \text{R\$ } 150,00 = \text{R\$ } 900,00$$

1a ETAPA

- Calcula-se o Benefício de Renda de Cidadania (per capita) = R\$ 426

- Valor acumulado nessa etapa

R\$ 426,00

2a ETAPA

- Calcula-se o Benefício Complementar (hiato para o piso familiar de 600) = R\$ 174

- Valor acumulado nessa etapa

R\$ 600,00

3a ETAPA

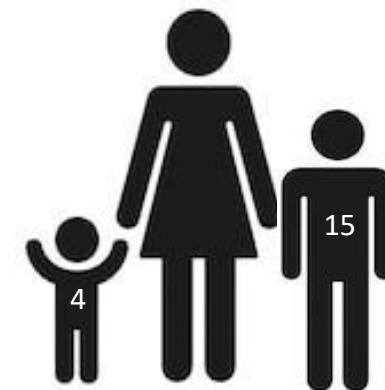
- Calcula-se o Benefício de Primeira Infância e o Variável familiar = R\$ 150 + R\$ 50

- Valor acumulado nessa etapa

R\$ 800,00

4a ETAPA – SE HOUVER

- Calcula-se o Benefício de transição: Quanto a família recebia no PAB x Quanto ela receberia na nova estrutura do PBF e acrescenta essa diferença



3x R\$ 142,00 = R\$ 426,00

+ R\$ 174,00 = R\$ 600,00

+ R\$ 150,00 = R\$ 750,00

+ R\$ 50,00 = R\$ 800,00

ETAPAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS BENEFÍCIOS

INICIO EM MARÇO DE 2023	INICIO EM JUNHO DE 2023 (devido a questões operacionais)	A PARTIR DE OUTUBRO DE 2023
BENEFÍCIO DE PRIMEIRA INFÂNCIA	BENEFÍCIO DE RENDA DE CIDADANIA	BENEFÍCIO VARIÁVEL FAMILIAR NUTRIZ
	BENEFÍCIO COMPLEMENTAR	
	BENEFÍCIO VARIÁVEL FAMILIAR	
	BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO DE TRANSIÇÃO	
	ATUALIZAÇÃO DO VALOR DO BENEFÍCIO DAS FAMÍLIAS EM REGRA DE PROTEÇÃO	



Bolsa Família – Setembro 2023 - em números

21,48 milhões

Famílias beneficiárias

55,9 milhões

Pessoas beneficiárias

R\$ 14,58 bilhões

Transferência de renda

R\$ 686,89

Benefício médio

Bolsa Família – Setembro 2023 - NORDESTE

9,8 milhões

Famílias beneficiárias

24,6 milhões

Pessoas beneficiárias

R\$ 6,6 bilhões

Transferência de renda

R\$ 681,84

Benefício médio

BOLSA FAMÍLIA



PESSOAS
SETEMBRO/2023

3.856.883

FAMÍLIAS
SETEMBRO/2023

1.504.294

**BENEFÍCIO MÉDIO
MENSAL ***
SETEMBRO/2023

R\$ 678,97

**VALOR MENSAL
REPASSADO ***
SETEMBRO/2023

R\$ 1.019.072.535



**TOTAL DE BENEFÍCIOS DO
BOLSA FAMÍLIA**
SETEMBRO/2023

6.877.789



RENDA DE
CIDADANIA

3.856.866



COMPLEMENTARES

1.393.261



PRIMEIRA
INFÂNCIA - PBF

579.800



EXTRAORDINÁRIOS
DE TRANSIÇÃO

14.296

**TOTAL DE BENEFÍCIOS VARIÁVEIS
FAMILIARES**

1.033.566



GESTANTES

55.871



CRIANÇAS

790.214



ADOLESCENTE

187.481

*O total de recursos transferidos e o benefício médio desconsideram as famílias que se encontram em situação de suspensão na Folha de Pagamentos do PBF.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, SENARC, Demonstrativo Físico/Financeiro do Programa Bolsa Família.

Acompanhamento das Condicionalidades

EDUCAÇÃO	Crianças (4 a 5 anos)	Crianças e Adolescentes (6 a 15 anos)	Adolescentes e Jovens (16 a 17 anos)	Total de Pessoas (4 a 17 anos)
Público para acompanhamento	185.109	858.181	178.069	1.221.359
Pessoas acompanhadas	126.968	717.512	134.592	979.072
Taxa de acompanhamento	68,59%	83,61%	75,58%	80,16%
Pessoas que cumpriram a condicionalidade (com frequência acima da exigida)	124.025	697.424	121.280	942.729
Taxa de cumprimento	97,68%	97,20%	90,11%	96,29%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, SENARC (Maio/2023).

SAÚDE	Crianças (menores de 7 anos)	Mulheres	Total de Pessoas (crianças e mulheres)
Público para acompanhamento	561.322	1.779.428	2.340.750
Pessoas acompanhadas	401.858	1.635.253	2.037.111
Taxa de acompanhamento	71,59%	91,90%	87,03%
Pessoas que cumpriram a condicionalidade	398.988	-	
Taxa de cumprimento	99,29%	-	

SAÚDE	Gestantes
Pessoas acompanhadas	50.187
Pessoas que cumpriram a condicionalidade	50.163
Taxa de cumprimento	99,95%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, SENARC (Junho/2023)

GARANTIA DE RENDA E PRIORIDADE NA NOVA GERAÇÃO

BOLSA FAMÍLIA EM SETEMBRO/23

21,48 milhões de famílias beneficiárias
(55,9 milhões de pessoas);

Transferência mensal de renda
R\$ 14,58 bilhões/mês;

Benefício médio de R\$ 686,89,
por família, transferido por mês;

**Ampliação do investimento na primeira
infância, transferindo R\$ 1,34 bi a 9,5
milhões crianças de 0 a 6 anos.**

**Com a aprovação do novo PBF, iniciou a
transferência dos seguintes benefícios:**

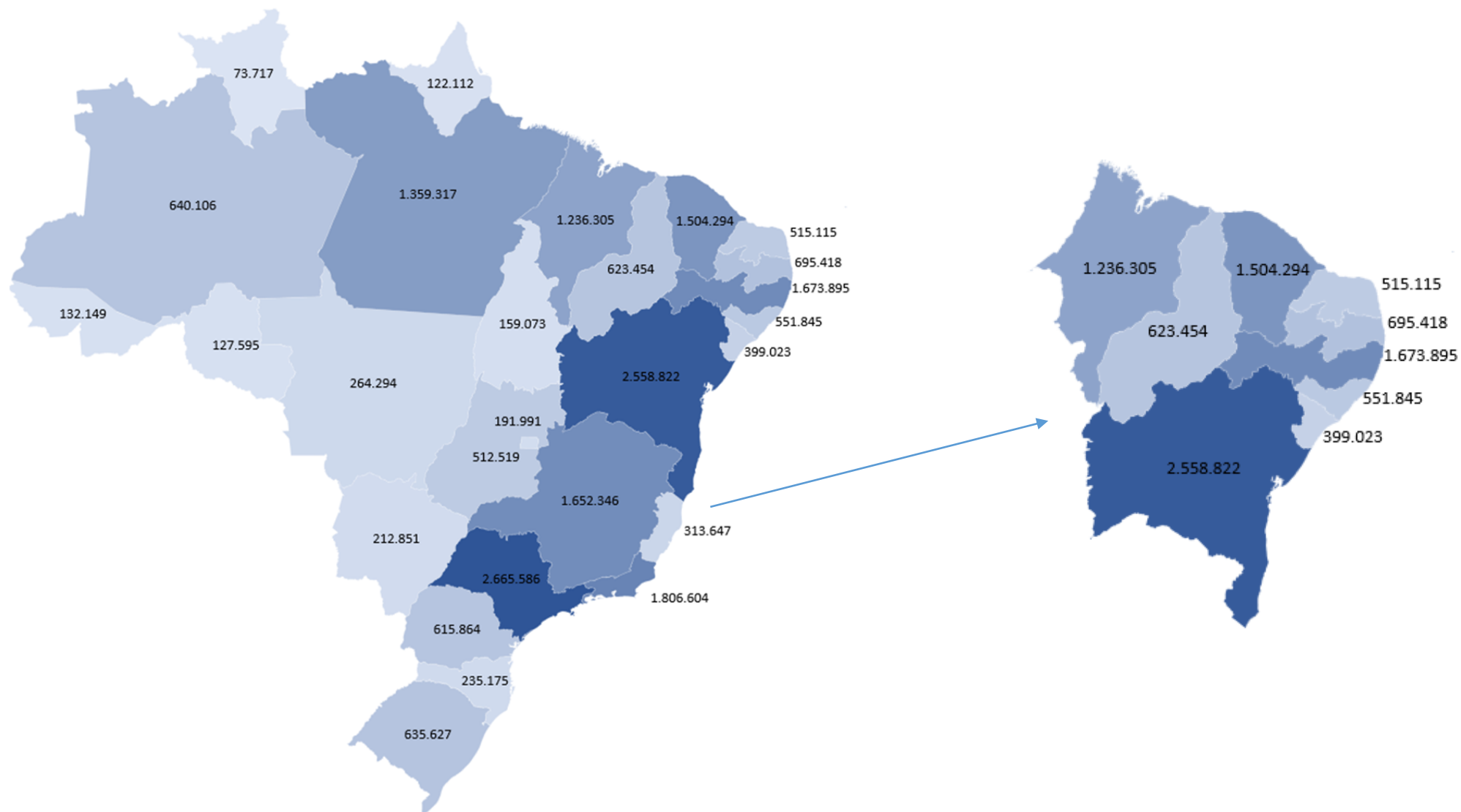
**Benefício Variáveis Gestante (BVG) transferindo
36 mi destinado a 750 mil gestantes**

**Benefício Variáveis Familiares Crianças (BV)
transferindo 581 mi a 12,6 milhões de crianças de
7 a 16 incompletos**

**Benefício Variáveis Familiares Adolescente (BVA)
transferindo 126 mi a 2,8 milhões de adolescentes
(16 a 18 anos incompletos)**



Bolsa Família – Setembro 2023 – nos Estados



Bolsa Família – Nordeste – Tipo de benefício – Set 2023

Municípios Atendidos	1.794
Famílias Atendidas	24,6 milhões de famílias
Total de Recursos Transferidos	R\$ 6,6 bilhões
Valor Benefício Renda de Cidadania	R\$ 3,28 bilhões
Valor Benefício Complementar	R\$ 2,4 bilhões
Valor Benefício Primeira Infância PBF	R\$ 539,8 milhões
Valor Benefício Variável familiar - Gestante	R\$ 15,6 milhões
Valor Benefício Variável Familiar - Criança	R\$ 243,0 milhões
Valor Benefício Variável Familiar - Adolescente	R\$ 57,0 milhões
Valor Benefício Extraordinário de Transição	R\$ 4,8 milhões





A GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA



Entrada de famílias no Programa

- Famílias inscritas no Cadastro Único, com dados atualizados nos últimos 24 meses, com Responsável Familiar indicado, sem pendências e impedimentos e renda mensal por pessoa de até R\$ 218,00 são habilitadas ao Programa
- Todos os meses, é realizado o processo mensal de identificar as famílias habilitadas, de forma automatizada e impessoal
- Tem **prioridade** na concessão do benefício as famílias indígenas, quilombolas, resgatadas de trabalho análogo ao escravo, catadores de material reciclável e com situação de trabalho infantil identificada.
- Na **sequência**, são priorizadas as famílias com **menor renda e maior quantidade de crianças e adolescentes**.
- Cadastros **unipessoais** podem entrar no Programa, desde que o município não tenha alcaçado limite máximo municipal de atendimento de famílias unipessoais no PBF, **de 16%**.

A realização do Censo 2022 sinaliza para atualização das estimativas de pobreza em 2024, o que poderá direcionar melhor o processo de concessão e atender a população de maneira mais qualificada



Continuidade e Manutenção do Benefício

- O PBF possui um conjunto de procedimentos relacionados ao acompanhamento das famílias, que resulta na Gestão dos Benefícios, sendo que esses são realizados pelos municípios e pelo MDS.
- Esses procedimentos tem como objetivo assegurar o pagamento e o cumprimento das regras do programa
- Há ações que interrompem de maneira temporária ou permanente o pagamento do benefício, tais como bloqueio, suspensão e cancelamento.
- Essas ações podem ser desfeitas (desbloqueio, reversão de suspensão e reversão de cancelamento), a partir da superação da situação que motivou a ação, ou de acordo com as regras do Programa.



Não há inovações em relação aos procedimentos operacionais de revisão de elegibilidade e reflexo cadastral, exceto pela inclusão da repercussão automática da informação de CPF irregular na base do Cadastro Único, atendendo recomendação dos órgãos de controle externo.

Revisão de Elegibilidade e Reflexo Cadastral

- Mensalmente a elegibilidade dos benefícios do Bolsa Família são revisados automaticamente pelo sistema (SIBEC)
- Os efeitos observados nos benefícios do PBF partem, especialmente, da **atualização ou alteração cadastral** realizadas pelas famílias junto aos municípios
- Também podem haver **ações** feitas automaticamente no Cadastro Único – V7 que alteram a situação do benefício, tais como povoamento de renda do CNIS, atribuição de pendência por falecimento de pessoa da famílias ou de situação irregular do CPF.
- Este procedimento permite realizar o pagamento do benefício de forma correta, e pode gerar alterações nos tipos e valores de benefícios
- As **principais alterações** que repercutem no PBF são as mudanças na **composição familiar, na situação do CPF e na idade das pessoas. a alteração da renda da família e a data de atualização cadastral**



Regra de Proteção

- Se a renda da família melhorar e aumentar para além da renda limite de entrada no PBF (R\$ 218 por pessoa da família) até meio salário-mínimo, o benefício da família não será imediatamente cancelado.
- A família permanece sendo acompanhada e apoiada pelo Bolsa Família por **até 2 anos**. Ela deve continuar atendendo às demais regras do programa
- O valor do benefício passa a ser **50%** do titular, previsto na Lei. Essa regra começou a ser aplicado a partir de junho de 2023
- Se as famílias que ao final do prazo da regra de proteção voltarem a precisar do benefício (renda abaixo de R\$ 218 por pessoa), elas serão atendidas pelo **Retorno Garantido**.
- O Retorno garantido garante a proteção social caso a família precise, e permite a **reversão do cancelamento pelos municípios**, diretamente no Sistema de Benefícios ao Cidadão (Sibec²³).

The background is an abstract composition of several overlapping geometric shapes. A large yellow rectangle occupies the left half of the image. To its right, a large pink semi-circle is positioned. Further right, a green rectangle is visible, partially overlapping the pink shape. In the top right corner, there are blue and yellow triangular shapes. The text 'MUITO OBRIGADA!' is written in red on the yellow background.

MUITO
OBRIGADA!



Gestão de Condicionalidades do Programa Bolsa Família

Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME



As condicionalidades estão previstas na Lei n. 14.601, de 19 de junho de 2023, que institui o Programa Bolsa Família

Por que um Programa de Renda com Condicionalidades?

A pobreza é uma questão social multidimensional. Não é só a ausência de renda que caracteriza a pobreza, ausência de acesso aos serviços de saúde, educação e assistência social também são indicativos de pobreza.



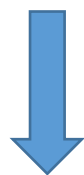
Gestão de condicionalidades = gestão do acesso aos direitos de saúde, educação e assistência social nos territórios

As condicionalidades existem para **reforçar o acesso a direitos** nas áreas de educação, saúde e assistência social, e para **identificar vulnerabilidades** que estejam dificultando o acesso das famílias a esses direitos. São compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias, que precisam cumprir para continuar sendo beneficiárias do Bolsa Família, mas também pelo poder público, que deve ofertar os serviços.

Pressupõe um trabalho integrado, intersetorial e interfederativo para promover a ruptura do ciclo de pobreza entre as gerações e a proteção social das famílias beneficiárias.

Toda a operação da gestão de condicionalidades possibilita que as políticas de saúde, educação e assistência social tenham uma atenção integral às famílias do PBF.

Os **dados coletados** pelo acompanhamento das condicionalidades tem o **potencial como indicativos de vulnerabilidade ou risco social** (inclusive para além da pobreza), por permitirem localizar a vulnerabilidade social da família e, também, no território, o que desloca a culpabilização da família para determinações históricas de desigualdades sociais.



Dados transformam-se em **informação**

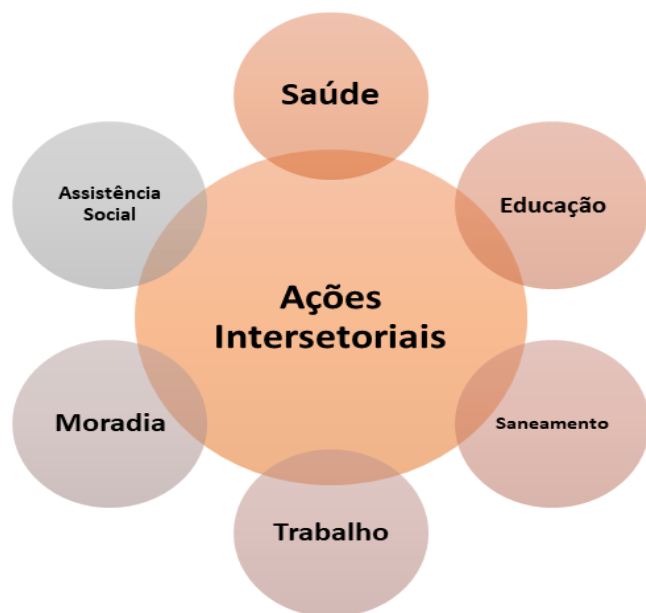


E, assim, constrói-se articulação com as outras políticas universais, que venham a **dar consequência às informações obtidas no acompanhamento das condicionalidades**.

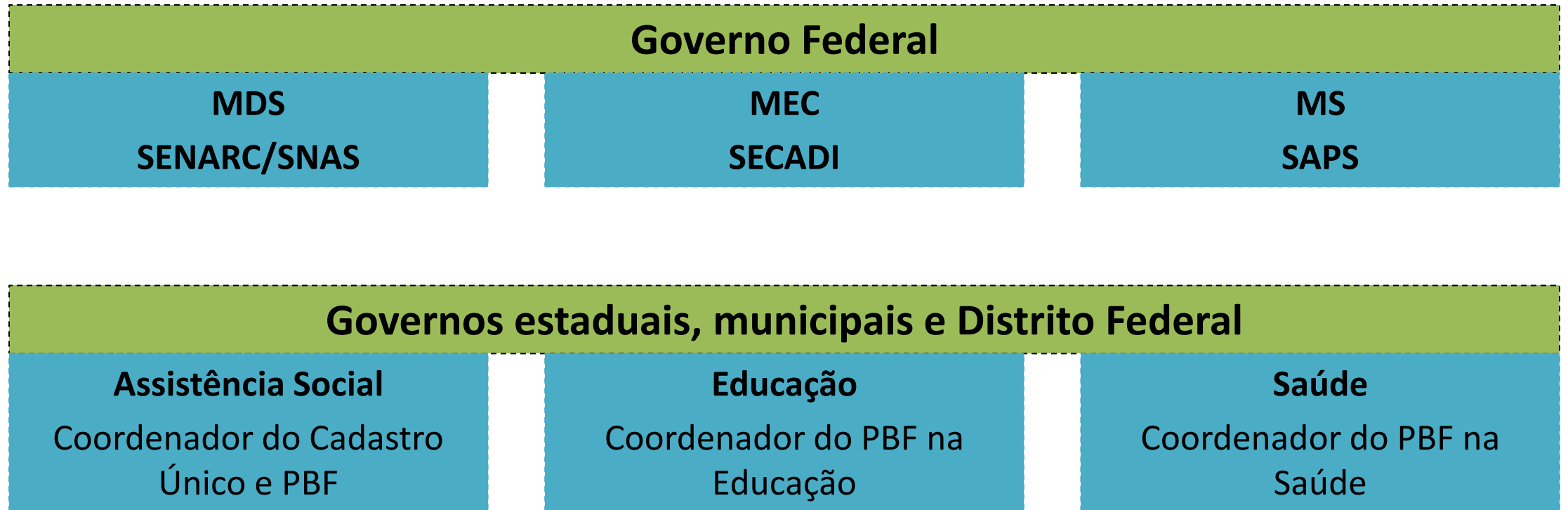
Dimensão intersetorial no PBF

A articulação da assistência social com as políticas de saúde e educação, dentre outras, concretizada a partir das condicionalidades, reforça o exercício desses direitos sociais por meio da ampliação do acesso das famílias beneficiárias aos serviços e possibilita o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza.

No caso do Bolsa Família, a intersectorialidade é vista como uma estratégia para enfrentar a situação de pobreza e desproteção social em que vivem cerca de 21 milhões de famílias beneficiárias.



Dimensão interfederativa - Quem atua na gestão das condicionalidades?



Condicionalidades

Na saúde – registro no Sistema Bolsa Família na Saúde/MS

- Cumprimento do calendário nacional de vacinação
- Acompanhamento do estado nutricional (peso e altura) dos beneficiários menores de 7 anos
- Pré-natal para as beneficiárias gestantes

Na educação – registro no Sistema Presença/MEC

- Frequência escolar mensal mínima de 60% (sessenta por cento) para os beneficiários de 4 (quatro) a 6 (seis) anos incompletos de idade
- Frequência escolar mensal mínima de 75% (setenta e cinco por cento) para os beneficiários de 6 (seis) anos a 18 (dezoito) anos incompletos que não tenham concluído a educação básica

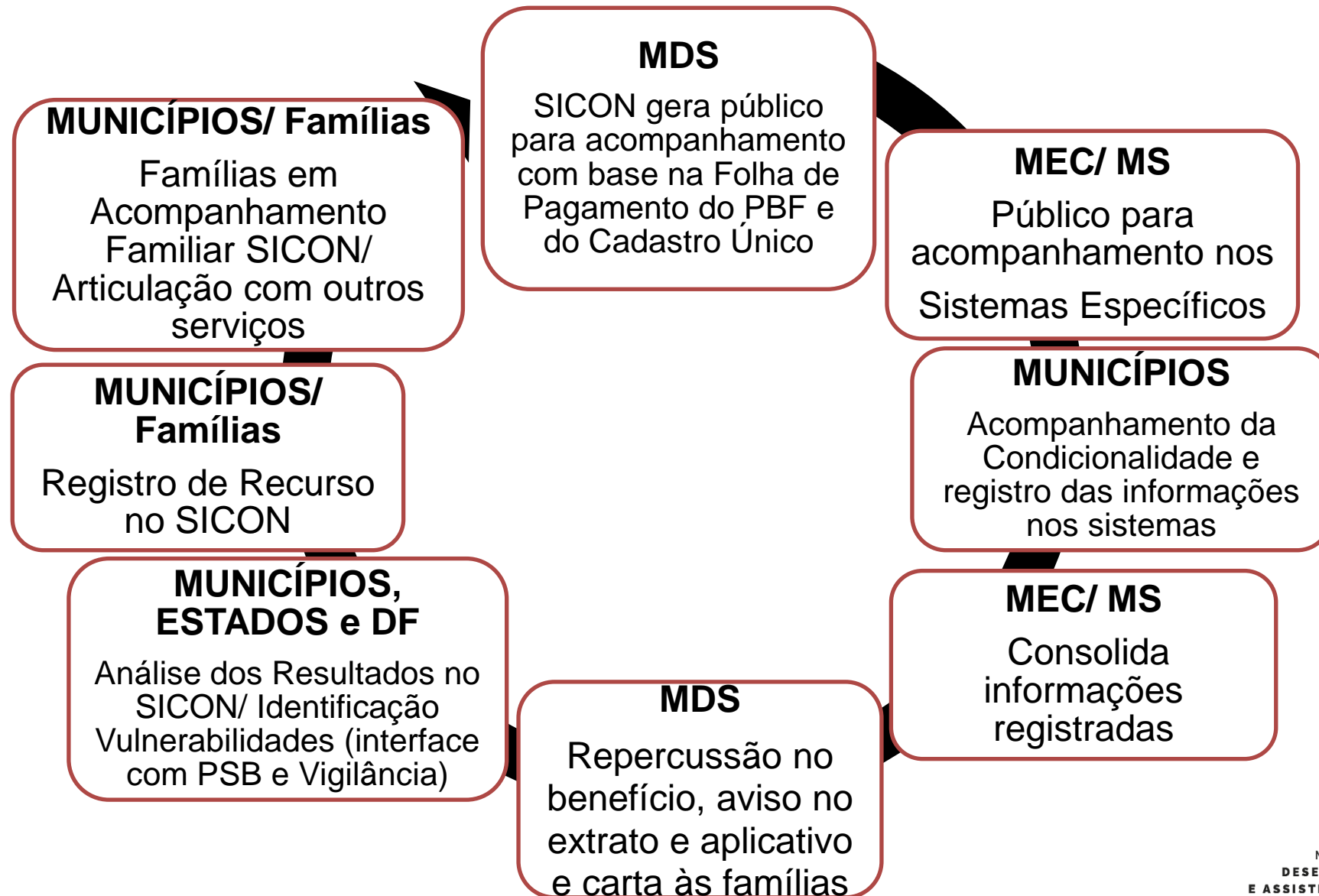


E a área de assistência social?

Os nossos serviços socioassistenciais devem priorizar as famílias beneficiárias, principalmente aquelas em situação de não cumprimento (não acesso) das condicionalidades do Programa Bolsa Família, no âmbito do trabalho social, com vistas à superação gradativa de suas vulnerabilidades.

- O registro desse atendimento ou acompanhamento deve ser feito no Sistema de Condicionalidades (Sicon) do MDS.

Ciclo periódico – Operacionalização da gestão de condicionalidades



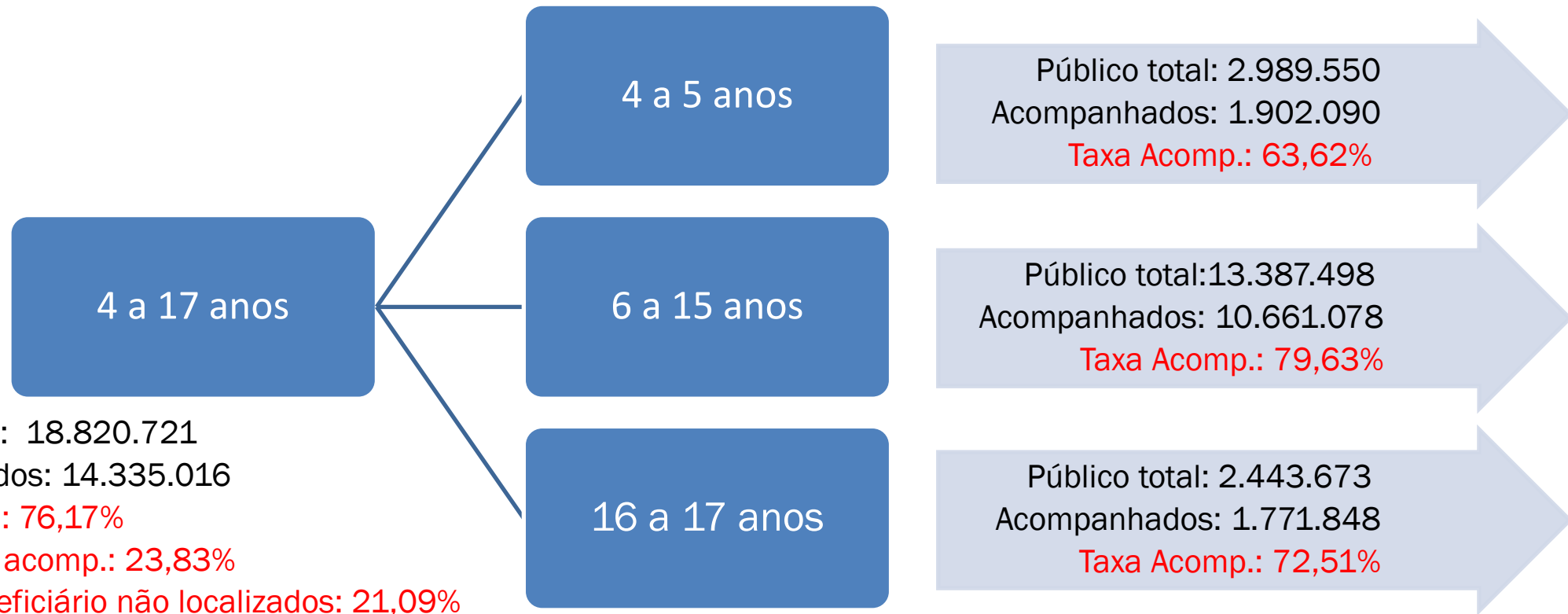
Repercussão de condicionalidades

Efeitos no benefício das famílias

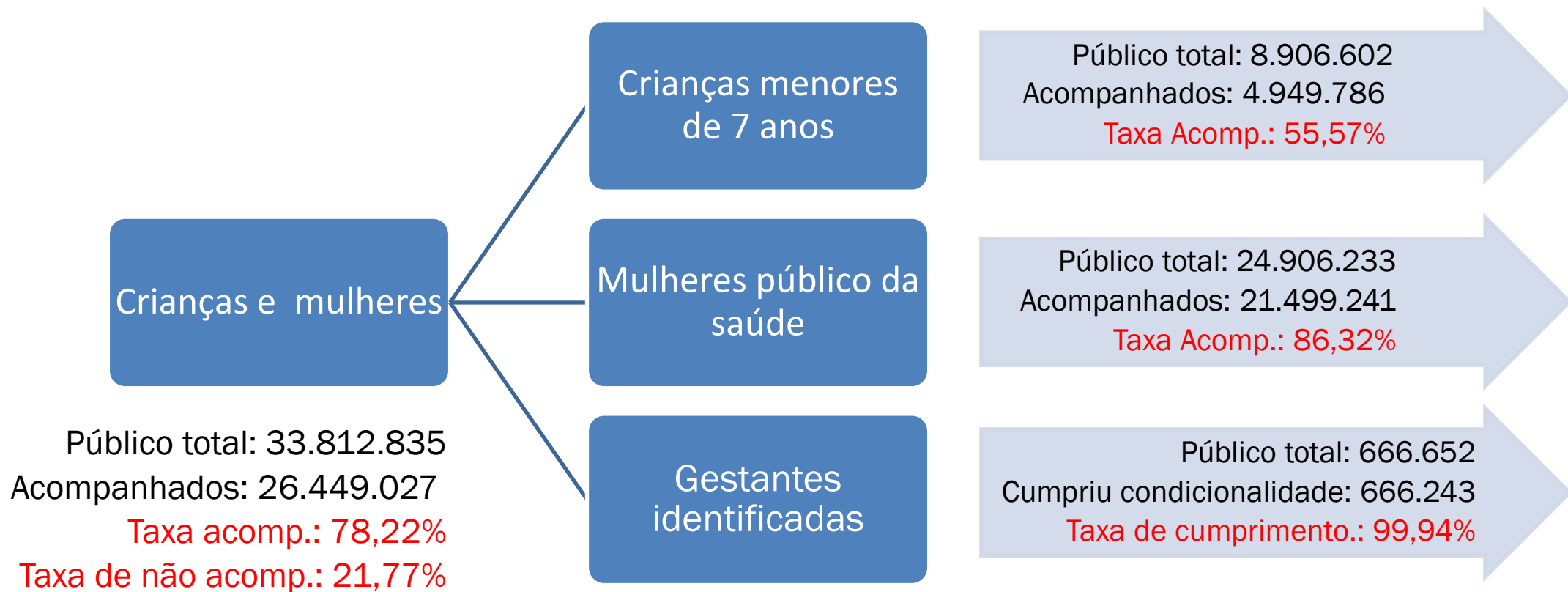
Advertência	Bloqueio	Suspensão	Cancelamento
Benefício é recebido normalmente, porém a família recebe um aviso	Benefício é bloqueado no mês da repercussão, porém ele é gerado	Benefício não é gerado, e a família fica sem receber	Benefício é cancelado caso a família esteja em acompanhamento familiar com registro no Sicon e não volte a cumprir as condicionalidades dentro de 6 meses

Após a divulgação do resultado da repercussão - na primeira semana dos meses em que houver repercussão - as famílias que tiverem justificativa para o não cumprimento de condicionalidades, podem procurar a gestão municipal do PBF para solicitar o recurso no Sicon.

Acompanhamento de condicionalidades Educação



Acompanhamento de condicionalidades Saúde



Dados do Ceará - Acompanhamento de saúde do 1º semestre de 2023



Quadro síntese do acompanhamento de condicionalidades de saúde do 1º semestre de 2023 - Público de crianças de até 6 anos - Ceará

Público de crianças nas condicionalidades de saúde	561.322
Criançasacomapnhadas	401.858
Crianças com vacinação em dia	400.786
Crianças com acompanhamento nutricional	400.021
Crianças em cumprimento de condicionalidades	398.988
Taxa de acompanhamento (%)	71,6
Taxa de cumprimento (%)	99,3

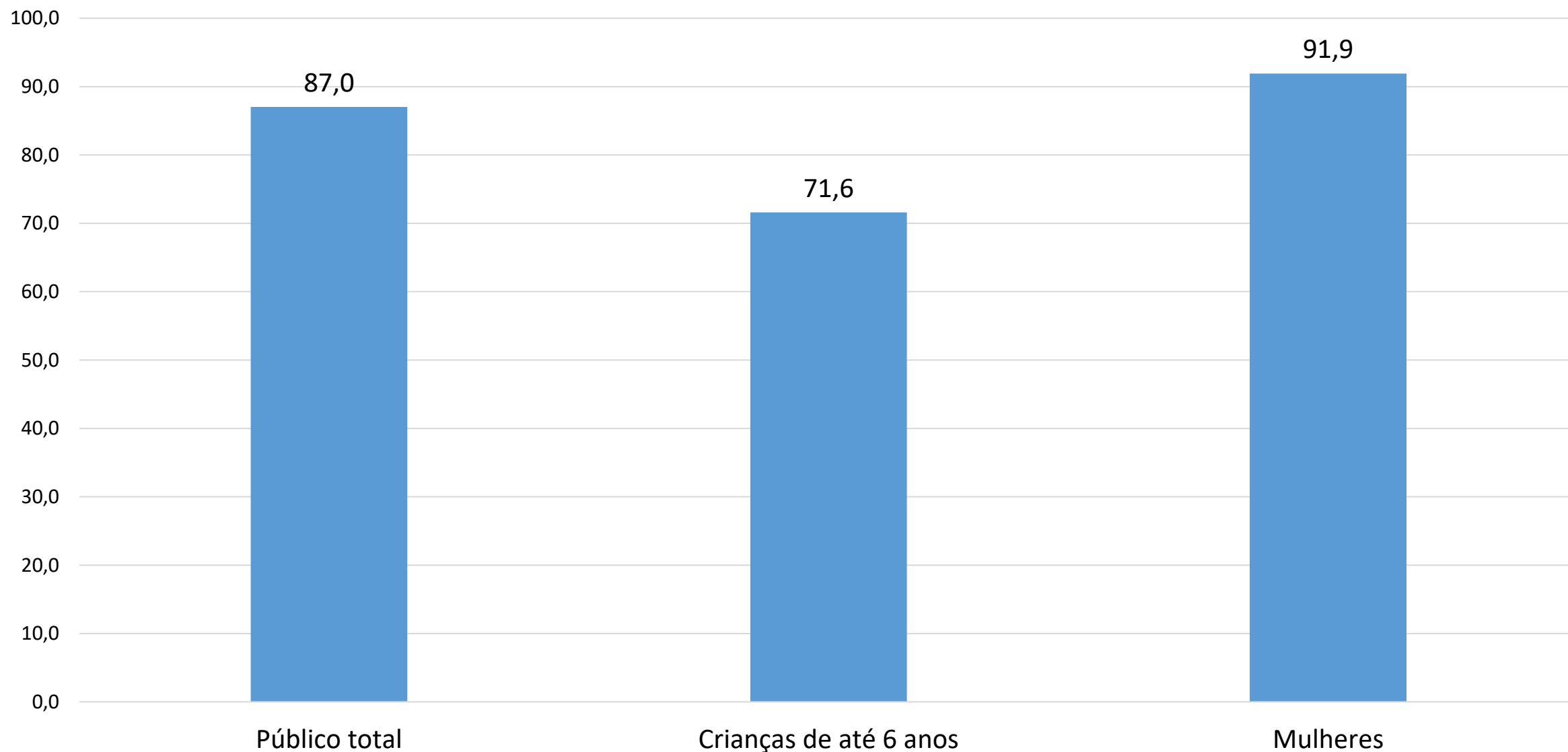


Quadro síntese do acompanhamento de condicionalidades de saúde do
1º semestre de 2023 - Público de mulheres - Ceará

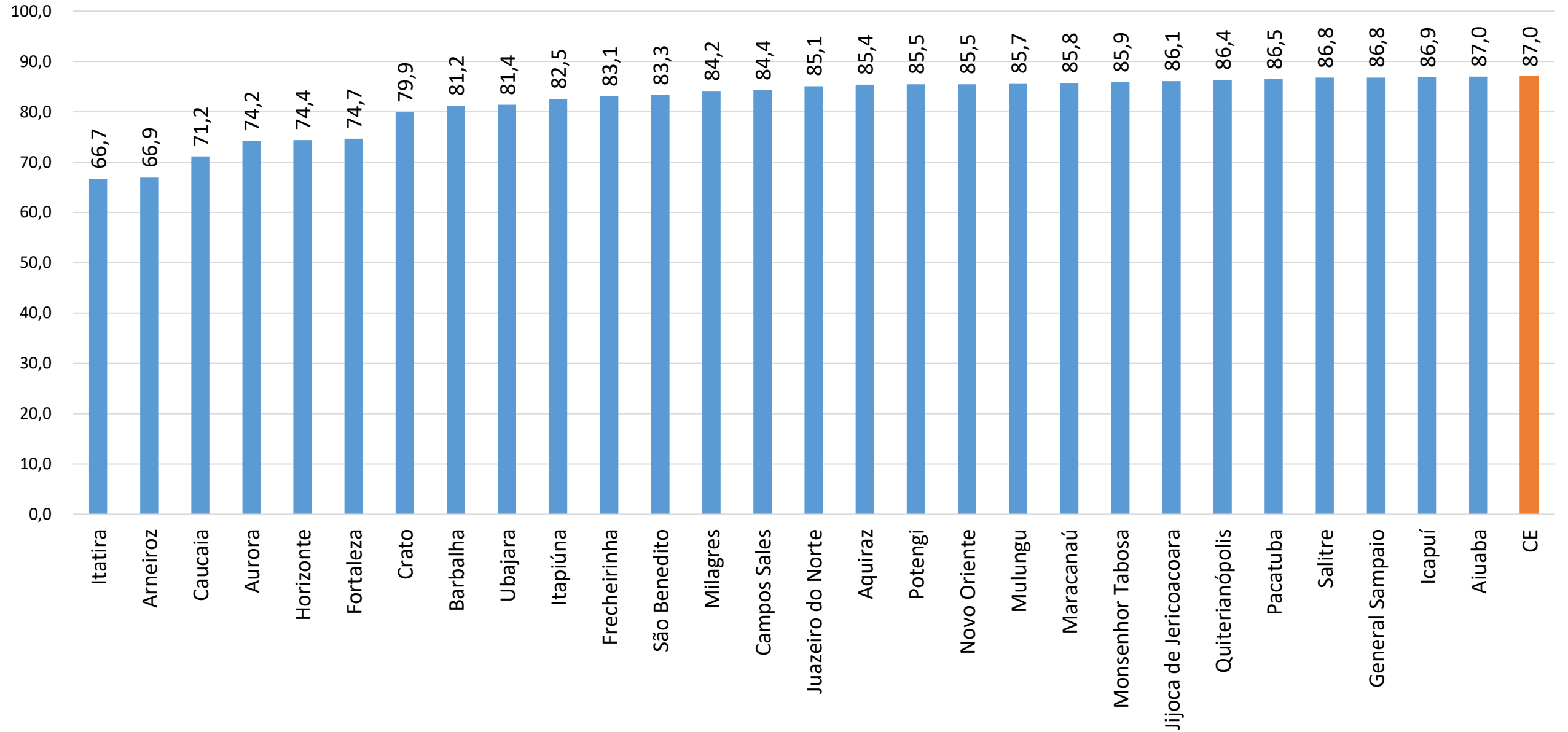
Público de mulheres nas condicionalidades de saúde	1.779.428
Mulheres acompanhadas	1.635.253
Taxa de acompanhamento (%)	91,9
Gestantes identificadas no acompanhamento	50.187
Gestantes com pré-natal em dia	50.163
Taxa de cumprimento das gestantes (%)	99,95



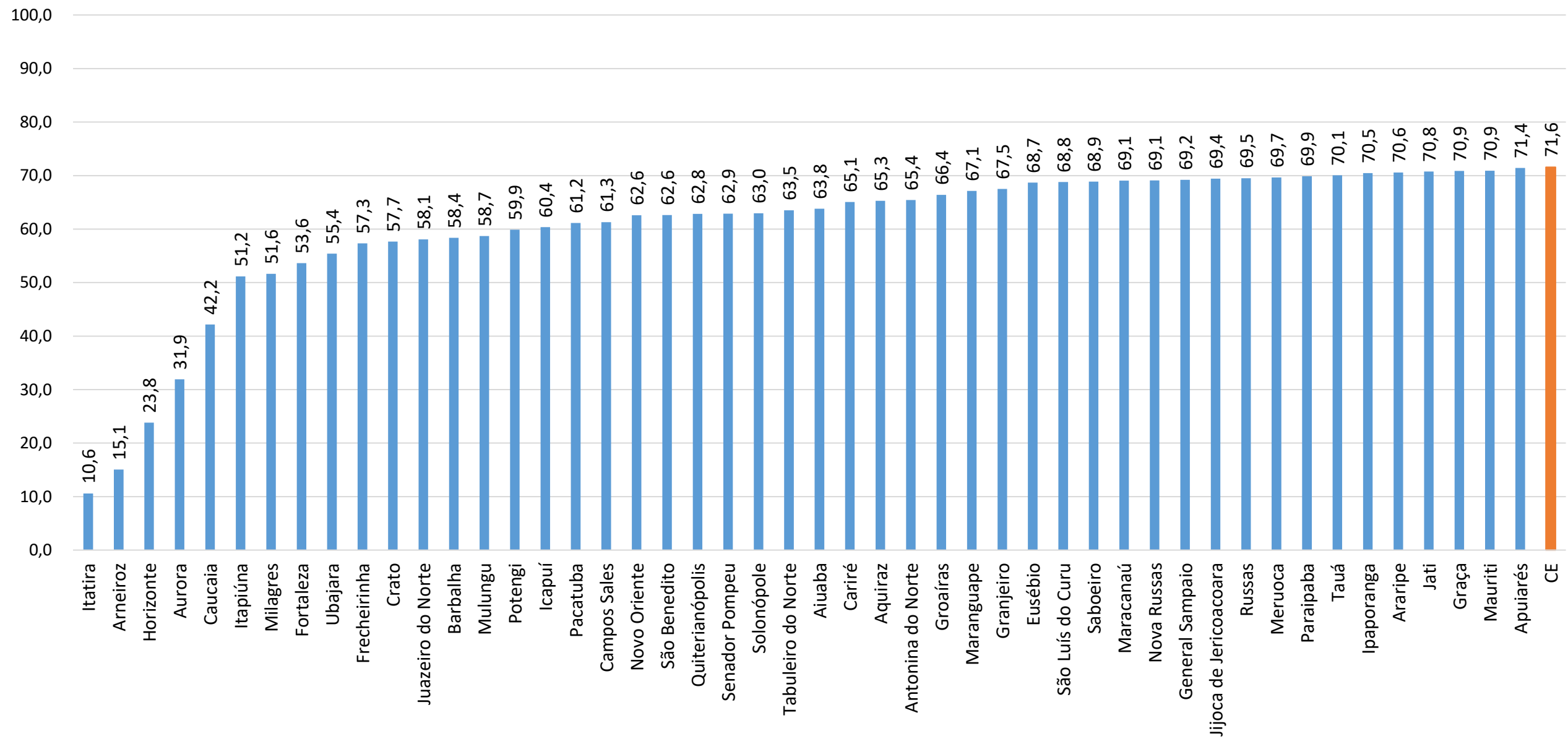
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde por público - 1º semestre de 2023 - Ceará



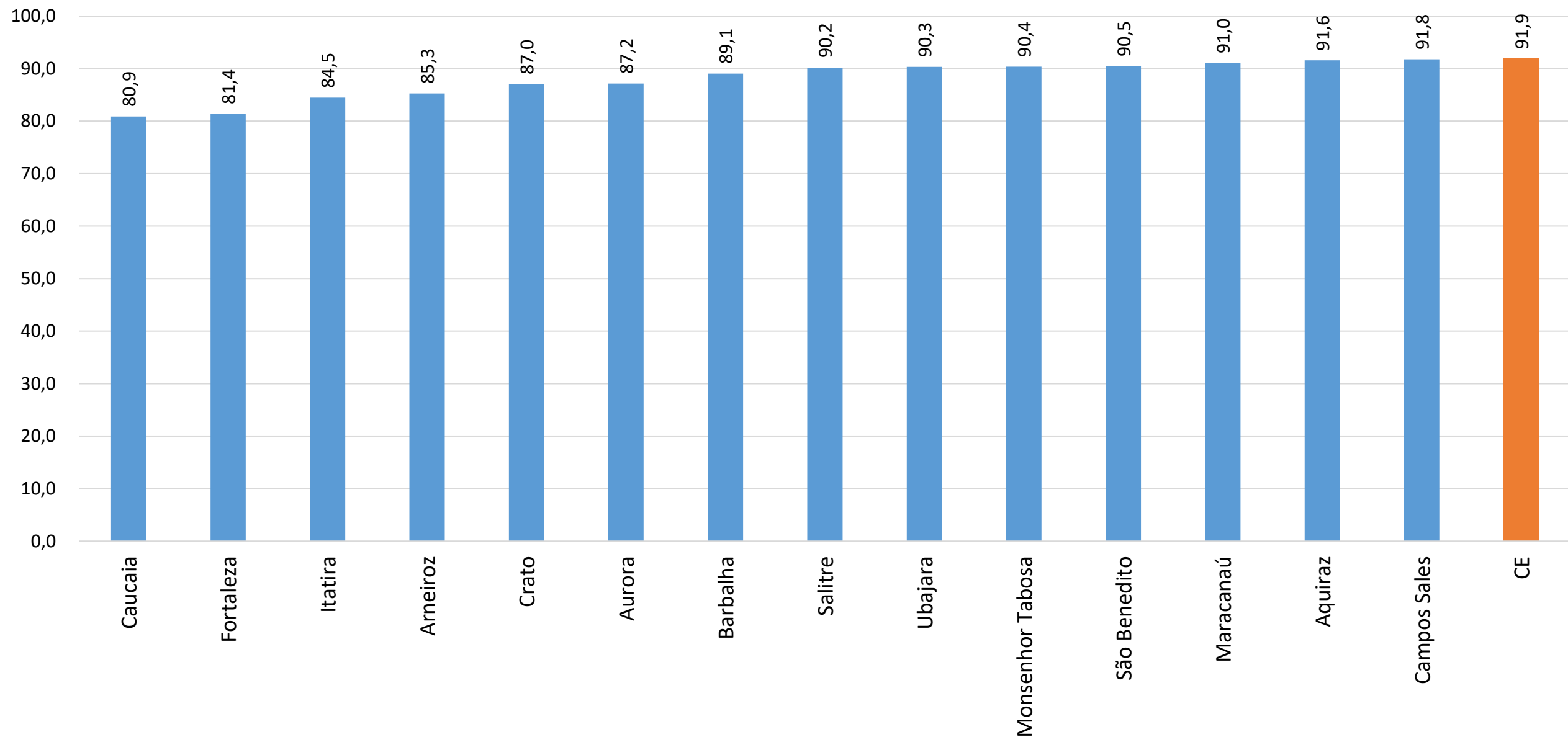
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde - Público total de crianças de até 6 anos e mulheres - Municípios cearenses
com taxas inferiores a do Estado



Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde - Público crianças de até 6 anos - Municípios cearenses com taxas inferiores a do Estado



Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde - Público de mulheres - Municípios cearenses com taxas inferiores a do Estado



Dados do Ceará - Acompanhamento de educação do 3º período de 2023 (junho/julho)



Quadro síntese do acompanhamento de condicionalidades
de educação do 3º período de 2023 (junho/julho) - Público
total de 4 a 17 anos - Ceará

Público total (4 a 17 anos)	1.193.518
Acompanhados	966.631
Taxa de acompanhamento (%)	81,0
Acompanhados com frequencia acima da exigida	939.797
Acompanhados com frequencia abaixo da exigida	26.834
Taxa de cumprimento (%)	98,7
Não acompanhados	226.887
Percentual de não acompanhados (%)	19,0
Não localizados	206.407
Localizados, mas sem informação de frequencia	20.480



Quadro síntese do acompanhamento de condicionalidades
de educação do 3º período de 2023 (junho/julho) - Público de
4 a 5 anos - Ceará

Público de 4 e 5 anos	185.559
Acompanhados	132.708
Taxa de acompanhamento (%)	71,5
Acompanhados com frequencia acima da exigida	129.546
Acompanhados com frequencia abaixo da exigida	3.162
Taxa de cumprimento (%)	99,2
Não acompanhados	52.851
Percentual de não acompanhados (%)	28,5
Não localizados	50.494
Localizados, mas sem informação de frequencia	2.357



Quadro síntese do acompanhamento de condicionalidades
de educação do 3º período de 2023 (junho/julho) - Público de
6 a 15 anos - Ceará

Público de 6 a 15 anos	844.102
Acompanhados	708.142
Taxa de acompanhamento (%)	83,9
Acompanhados com frequencia acima da exigida	690.302
Acompanhados com frequencia abaixo da exigida	17.840
Taxa de cumprimento (%)	98,7
Não acompanhados	135.960
Percentual de não acompanhados (%)	16,1
Não localizados	121.175
Localizados, mas sem informação de frequencia	14.785

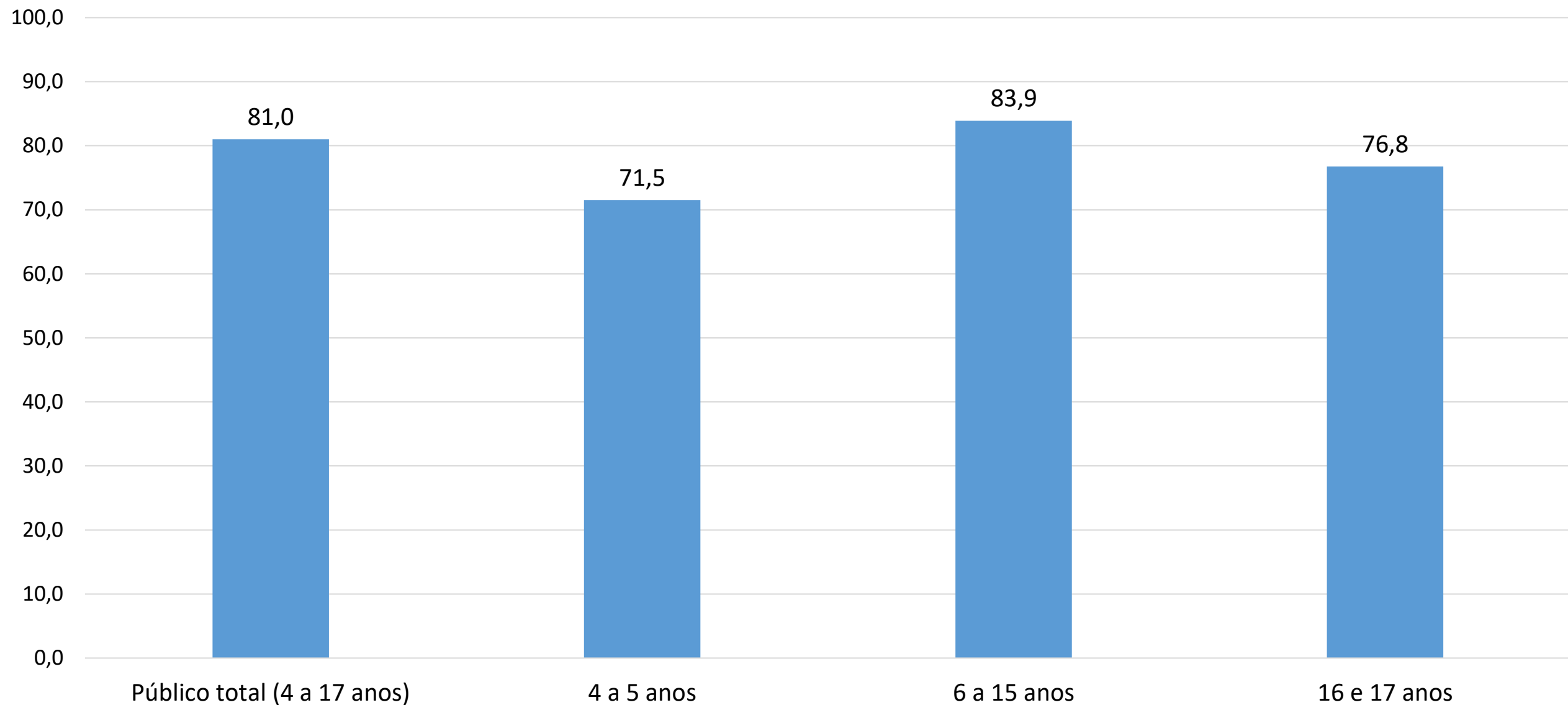


Quadro síntese do acompanhamento de condicionalidades
de educação do 3º período de 2023 (junho/julho) - Público de
16 e 17 anos - Ceará

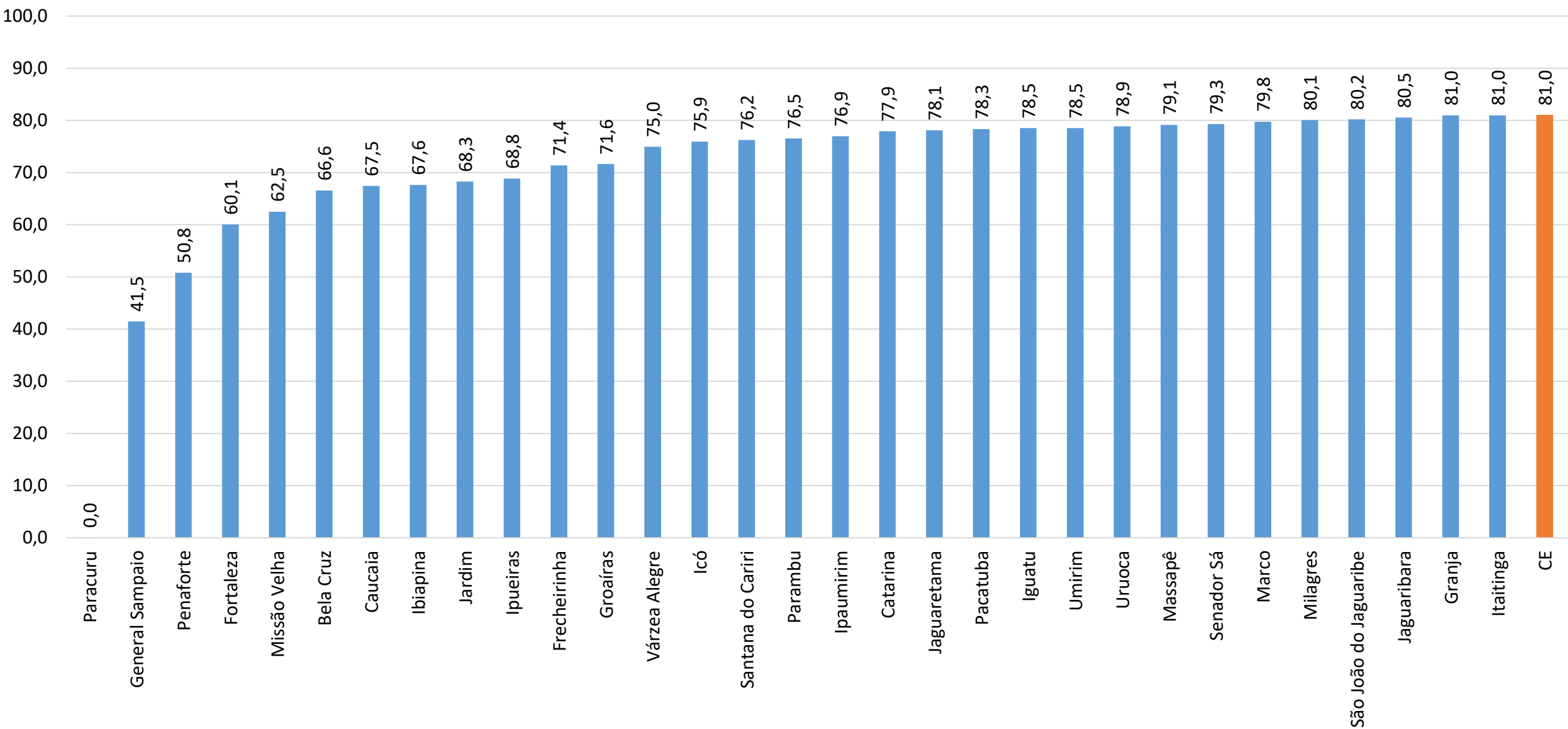
Público de 16 e 17 anos	163.857
Acompanhados	125.781
Taxa de acompanhamento (%)	76,8
Acompanhados com frequencia acima da exigida	119.949
Acompanhados com frequencia abaixo da exigida	5.832
Taxa de cumprimento (%)	96,5
Não acompanhados	38.076
Percentual de não acompanhados (%)	23,2
Não localizados	34.738
Localizados, mas sem informação de frequencia	3.338



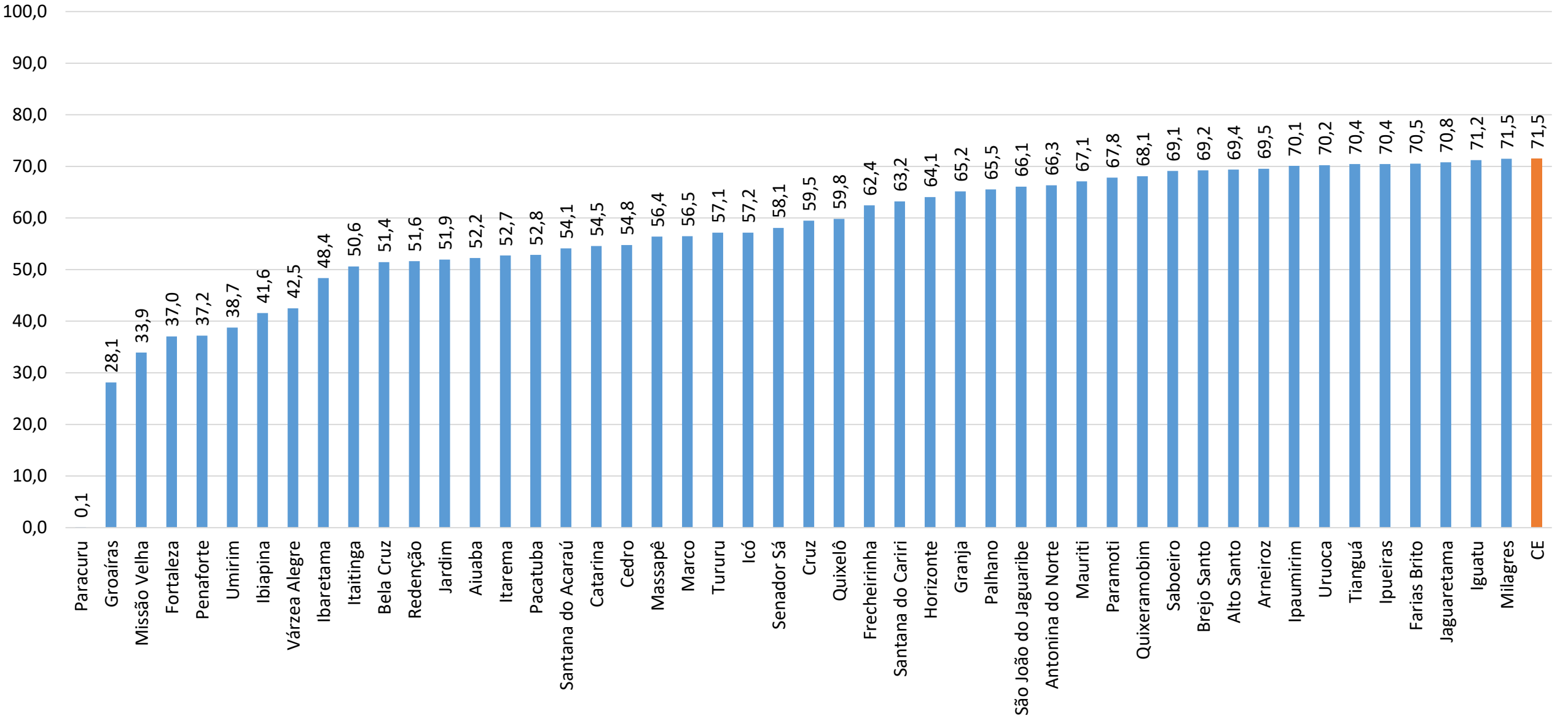
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de educação por público - 3º período de 2023 (junho/julho) - Ceará



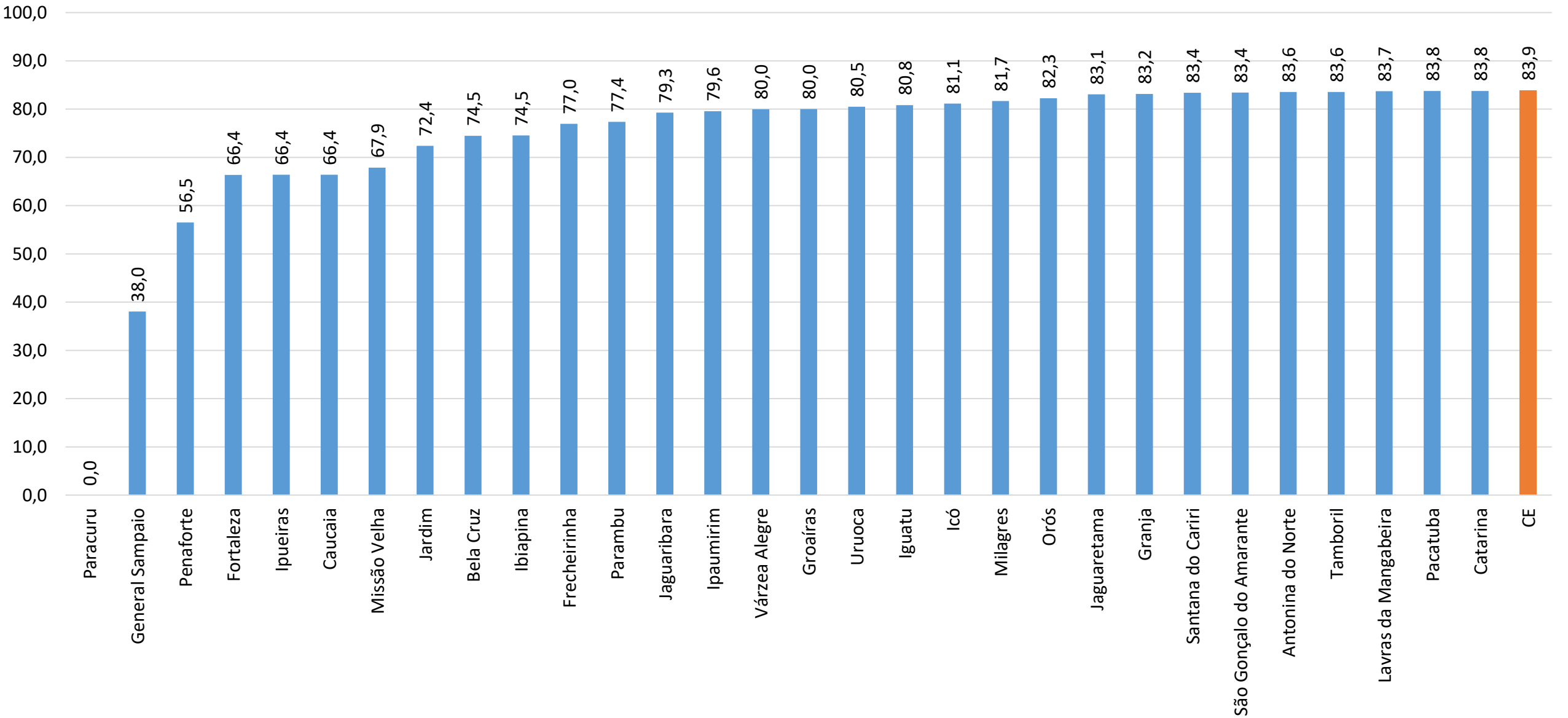
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de educação - Público total de 4 a 17 anos- Municípios cearenses com taxas inferiores a do Estado



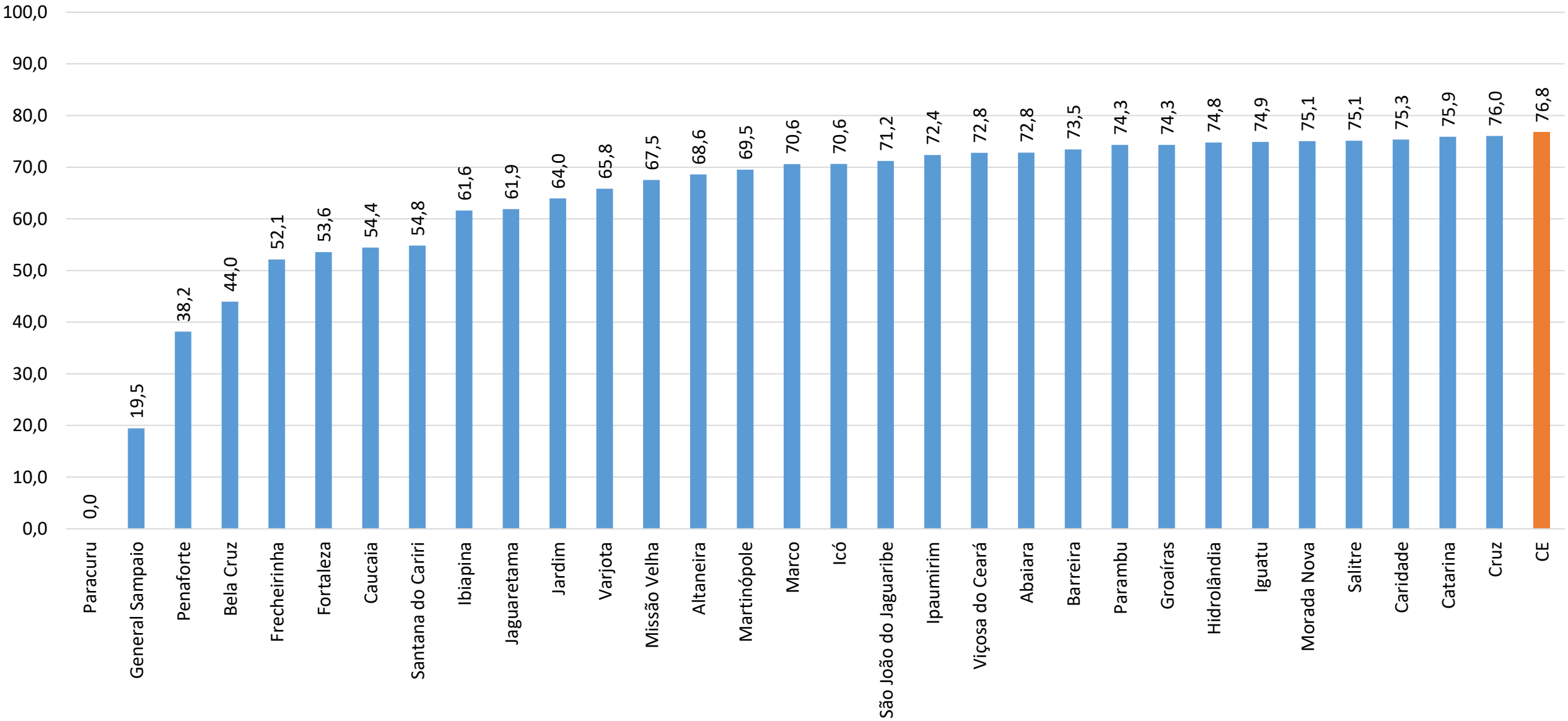
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de educação - Público de 4 e 5 anos- Municípios cearenses com taxas inferiores a do Estado



Taxa de acompanhamento das condicionalidades de educação - Público de 6 a 15 anos - Municípios cearenses com taxas inferiores a do Estado



Taxa de acompanhamento das condicionalidades de educação - Público de 16 e 17 anos - Municípios cearenses com taxas inferiores a do Estado



Alinhando alguns termos para gestão das condicionalidades...

1. Acompanhamento: beneficiários/as do perfil de saúde e educação que devem ter seu acesso garantido e acompanhado nos serviços de saúde e educação definidos pelas condicionalidades

1.1 Acompanhados: beneficiários/as acompanhados/as nos serviços de saúde e educação definidos pelas condicionalidades, com registro no Sistema do Bolsa Família na Saúde e no Sistema Presença

1.1.1 Cumpriu condicionalidades: beneficiários/as que foram acompanhados/as e que acessaram os serviços de saúde e educação definidos pelas condicionalidades

Alinhando alguns termos para gestão das condicionalidades...

1.1.2 Não cumpriu condicionalidades: beneficiários/as que foram acompanhados/as, mas que não acessaram os serviços de saúde e/ou de educação definidos pelas condicionalidades

1.1.2.1 Não cumpriu condicionalidades – Com repercussão: beneficiários/as que foram acompanhados/as, mas que não acessaram os serviços de saúde e/ou de educação definidos pelas condicionalidades e que **os motivos** registrados desse não acesso **geram repercussão**

1.1.2.2 Não cumpriu condicionalidades – Sem repercussão: beneficiários/as que foram acompanhados/as, mas que não acessaram os serviços de saúde e/ou de educação definidos pelas condicionalidades, e **os motivos identificados** pelo não cumprimento **não geram efeitos nos benefícios**

Alinhando alguns termos para gestão das condicionalidades...

1.2 Não acompanhados: beneficiários/as que não foram acompanhados nos serviços de saúde e educação definidos pelas condicionalidades. Desse modo, **não há o registro** desse acesso no Sistema do Bolsa Família na Saúde e no Sistema Presença. Dentre desses, estão os Não localizados.

Não são todos os casos de não cumprimento de condicionalidades que geram repercussão. Há uma análise dos motivos desse não cumprimento (não acesso) para geração de repercussão.

Desafios:

- Há um alto índice de beneficiários(as) não acompanhados(as). Esses são dados preocupantes e que precisam ser trabalhados;
- É observado que entre os e as beneficiários(as) que são acompanhados(as) há um bom cumprimento de condicionalidades;
- É necessário reordenarmos a gestão de condicionalidades nas instâncias estaduais e municipais, visto a fragilidade na articulação intersetorial entre assistência, saúde e educação nessas instâncias federativas;
- Precisamos avançar na qualificação do acompanhamento de condicionalidades de saúde e educação;
- Precisamos avançar no acompanhamento socioassistencial das famílias em não cumprimento de condicionalidades e o registro desse acompanhamento no Sicon.

Normativos para gestão de condicionalidades

- Lei n. 14.601/2023 - Seção V, art. 10 (Das Condicionalidades)
- Decreto que regulamenta a Lei (em elaboração)
- Portaria Interministerial com o Ministério da Educação (em elaboração)
- Portaria Interministerial com o Ministério da Saúde (em elaboração)
- Portaria de Gestão de Condicionalidades entre Senarc e SNAS (em elaboração)

Após a construção desses normativos, temos o rito de levar à CIT e ao CNAS antes das publicações.

Instrumento para construção do plano de ação

Acompanhamento	Público de acompanhamento	Taxa de acompanhamento atual	Dificuldades identificadas para o acompanhamento	Meta de acompanhamento	Estratégias para alcançar a meta
Saúde	Total (mulheres e crianças)				
	Mulheres				
	Crianças de 0 a 6 anos				
Educação	Total (4 a 17 anos)				
	Crianças de 4 a 5 anos				
	Crianças de 6 a 15 anos				
	Adolescentes de 16 a 17 anos				
Assistência social	Famílias em fase de suspensão				

**MUITO
OBRIGADA!**

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

